



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No dia 28 de julho de 2022, foi aprovado em Conselho de Ministros o Decreto-Lei de Programação dos Investimentos na modernização e operacionalidade das Forças e Serviços de Segurança para o período 2022-2026.

Segundo o Governo, este programa visa dar continuidade ao esforço na melhoria das condições de trabalho dos profissionais das forças e serviços de segurança, iniciado na anterior legislatura pelo anterior Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita.

Ora, este diploma estabelece a programação dos investimentos nas forças e serviços de segurança, num total de € 607.201.838,85, dividindo-se este investimento pelas seguintes áreas: (i) infraestruturas, (ii) sistemas de tecnologias de informação e comunicação, (iii) veículos, (iv) armamento, (v) equipamento de proteção individual, (vi) equipamento para as funções especializadas e (vii) equipamentos de apoio à atividade operacional.

Este Decreto-Lei aparecerá numa altura em que é notório um acentuado degradar dos serviços públicos em geral, e das forças e serviços de segurança em particular. A título de exemplo, por falta de recursos humanos ou má gestão dos mesmos, são os portugueses informados pela comunicação social do encerramento de esquadras em diversos pontos do país e, mais concretamente, no distrito do Porto (<https://www.dn.pt/sociedade/psp-mais-esquadras-em-risco-de-fechar-em-agosto-15049624.html>).

O Ministro da Administração Interna, em vã tentativa de resolução do problema, limitou-se a oferecer aos portuenses duas esquadras móveis, cujo funcionamento durou escassas horas, uma vez que, em mais um episódio insólito, as duas viaturas sofreram avarias e tornaram-se inoperacionais.

Tendo em conta esta conjuntura decisória, em que se substituem esquadras fixas nas quais, apesar do desinvestimento latente na manutenção e conservação, se garantem melhores condições de trabalho e prestação de serviço à comunidade, por esquadras móveis semi

operacionais, apenas porque não existem efetivos suficientes para manter as primeiras abertas, aconselhamos o Governo a refletir sobre o planeamento e a gestão executiva do país dos últimos anos.

Assim, é com preocupação que vemos a ausência de soluções para a problemática dos recursos humanos neste novo planeamento de investimentos, agravado pelo facto de o Governo ter prometido e divulgado na comunicação social um novo plano plurianual de admissões nas forças de segurança para o período 2022-2026, plano este que ainda não foi publicado, e cujos contornos se desconhecem, numa altura em que dúvidas não subsistem que a falta, ou a deficiente gestão, de recursos humanos é uma das principais lacunas a afetar o regular funcionamento das forças de segurança e em que é público e manifesto o défice existente na execução do plano plurianual de admissões para o período de 2020-2023 nas forças e serviços de segurança.

Dado o exposto, os Deputados do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal consideram pertinente solicitar as seguintes informações:

1. Existe um planeamento de gestão de recursos humanos elaborado de forma a garantir que as esquadras, nomeadamente as do distrito do Porto, não encerram durante o mês de agosto? Pode o governo garantir, contrariamente ao avançado pela comunicação social, que não se verificarão mais encerramentos de esquadras por falta de recursos humanos?
2. Considerando as recentes afirmações do Sr. Ministro, de que existe em Portugal um número de efetivos por 100 mil habitantes superior a outros países europeus, a criação do novo plano plurianual de admissões para 2022-2026 ficará prejudicada por este novo programa de investimentos?
3. Qual é o ponto de situação do plano plurianual iniciado em 2020 pelo seu antecessor, Eduardo Cabrita? Pretende o Governo compensar eficazmente o défice de admissões do último plano de admissões, abrindo mais vagas para os anos 2023 a 2026, tendo igualmente em consideração as previsíveis saídas de elementos no ativo?

Palácio de São Bento, 1 de agosto de 2022

Deputado(a)s

PATRÍCIA GILVAZ(IL)

RUI ROCHA(IL)

CARLOS GUIMARÃES PINTO(IL)

JOANA CORDEIRO(IL)

BERNARDO BLANCO(IL)

CARLA CASTRO(IL)

JOÃO COTRIM FIGUEIREDO(IL)

RODRIGO SARAIVA(IL)